

**O AGRONEGÓCIO, A MIGRAÇÃO DOS TRABALHADORES E A EDUCAÇÃO DOS JOVENS NO VALE DO PAMPLONA, EM GOIÁS**

Antonio Marcos Pantoja dos Santos[[1]](#footnote-1)

Jörg Nowak[[2]](#footnote-2)

**GT: Trabalho rural no Brasil contemporâneo**

**RESUMO**

O presente trabalho traz uma reflexão sobre a migração de trabalhadores rurais para o Vale do Pamplona, no estado de Goiás. Essa mobilidade faz parte de um fluxo migratório mais amplo, no qual as populações rurais buscam melhores oportunidades de trabalho, educação e qualidade de vida. A migração é especialmente impactante para a juventude do campo, que frequentemente enfrenta estereótipos de desinteresse pelo meio rural. O trabalho teve como metodologia a pesquisa bibliográfica exploratória e entrevistas conduzidas entre trabalhadores jovens da região, que buscou referências para tratar sobre a história da mobilidade dos trabalhadores rurais no mundo e aborda, também, a migração de trabalhadores rurais de diversas regiões brasileiras para o Vale do Pamplona, os quais foram submetidos à condição de vulnerabilidade socioeducacional, especialmente os jovens que cursam o Ensino Médio, cuja formação está voltada para a qualificação da mão-de-obra para atender as demandas do agronegócio na região.

**Palavras-chave:** Migração. Trabalhadores rurais. Agronegócio. Estudantes rurais.

INTRODUÇÃO

A migração de trabalhadores rurais para o Vale do Pamplona faz parte de um fluxo migratório mais amplo, no qual as populações rurais buscam melhores oportunidades de trabalho, educação e qualidade de vida. Essa migração é especialmente relevante para a juventude do campo, que frequentemente enfrenta estereótipos de desinteresse pelo meio rural. Essa dinâmica nos leva a refletir sobre a mobilidade humana ao longo dos anos.

A história da mobilidade dos trabalhadores rurais é um relato que abrange séculos e diversas regiões do mundo. Quando os seres humanos deixaram suas cavernas e começaram a explorar o mundo, eles buscaram maneiras de sobreviver construindo comunidades, evoluindo e adaptando-se às várias formas de convivência. Nas sociedades agrícolas antigas, a agricultura desempenhou um papel crucial, com os trabalhadores rurais cultivando terras, plantando sementes, colhendo culturas e criando animais.

A chegada do sistema capitalista causou mudanças profundas no mundo do trabalho, reestruturando-o em uma dinâmica complexa. Nessa nova configuração, o capital passou a adquirir a força de trabalho dos trabalhadores e promoveu a transição desses indivíduos de uma condição de trabalho coletivo e social para uma condição de expropriação. Isso implica em uma transformação na forma como esses sujeitos estão inseridos na produção e no sistema econômico, resultando em um processo de destruição das forças produtivas inerentes ao metabolismo do capital.

O AGRONEGÓCIO NO VALE DO PAMPLONA E A MIGRAÇÃO DOS TRABALHADORES

Desde que o ser humano passou a explorar e poluir o meio ambiente, urge a necessidade de criação e implementação de políticas públicas ambientais. Assim sendo, é necessário também que a sociedade atente para os problemas ambientais que o mundo todo vem enfrentado como resultados de combinações catastróficas da expansão capitalista, de forma agressiva e violenta, que se materializa pela exploração, contaminação e destruição que levam a transformações deploráveis no meio ambiente (NEVES; PIGNATI, 2021).

A temática ambiental passou a ter evidências a partir de eventos como a intensificação do processo de industrialização e mineração, ainda na década de 1930, com o crescimento desordenado dos centros urbanos e, posteriormente, com a aceleração da produção agropecuária no campo, conhecida como Revolução Verde e considerada como o advento da modernidade científica e tecnológica no campo (CABRAL, 2021), tornando-se, portanto, as duas principais cadeias produtivas responsáveis diversos danos no meio ambiente. Esses distúrbios ambientais tem sido motivo de realização de amplos debates a nível global e local, despertando o interesse de criação de políticas públicas que possam mitigar os impactos maléficos na ecologia (PIGNATI; SOARES; LEÃO, 2021).

De acordo com Alentejano (2020), o movimento ruralismo contribuiu significativamente para o surgimento do agronegócio e detalha a origem e a evolução do termo "agronegócio" no Brasil na década de 1990, destacando sua tradução do termo "agribusiness". É interessante observar que a própria Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) passou por uma mudança de nome, antes sendo chamada de Associação Brasileira do Agribusiness até os anos 2000. Essa mudança foi parte de uma estratégia de marketing para popularizar a noção de agronegócio. Esse fato reflete o reconhecimento crescente da importância e complexidade da atividade agrícola e suas relações com o mercado e o setor empresarial. Ao adotar o termo "agronegócio", há uma clara intenção de enaltecer o caráter empresarial e econômico da agricultura, afastando-se da noção tradicional de apenas produção e cultivo, tal como vinha fazendo o ruralismo.

Na década de 1990 houve uma crise severa na agricultura brasileira, resultando na falência generalizada de agricultores e agroindústrias. Isso foi causado pelas medidas neoliberais que retiraram subsídios, reduziram créditos e expuseram a agricultura à competição de outros países devido à redução de taxas alfandegárias. A partir desse cenário, surgiram esforços para elevar o agronegócio como um dos principais pilares da economia brasileira. Ao mesmo tempo, a reforma agrária foi considerada obsoleta, e os movimentos sociais do campo foram retratados como violentos e atrasados, tal como descreve Alentejano (2020) ao falar sobre a processo de construção da hegemonia do agronegócio:

Essa década é marcada por uma forte crise da agricultura brasileira, com a falência generalizada de agricultores e agroindústrias, no rastro das medidas neoliberais que retiraram subsídios, reduziram créditos e expuseram a agricultura à competição de outros países com a redução de taxas alfandegárias (p. 253).

Configura-se a partir de então um movimento para elevar o agronegócio à condição de um dos pilares da economia brasileira, ao mesmo tempo em que a reforma agrária é apresentada como anacrônica e os movimentos sociais do campo como violentos e atrasados (p. 254).

Na verdade, esse movimento visava apenas o avanço do capitalismo sobre o campo. Apontamos esse fato em um trabalho que escrevemos acerca dessa temática, no qual destacamos que a premissa de que a problemática agrária no território brasileiro se fundamenta na expansão do poderio econômico no âmbito rural. Seu início se concretizou na segunda metade do século XX e estabeleceu um conflito antagônico entre os que se dedicam à exploração e aqueles submetidos à condição de explorados (LIMA, SANTOS, 2022).

Atualmente, para continuar com seu projeto de expansão e domínio hegemônico no campo brasileiro, o agronegócio busca intensificar sua influência sobre as políticas públicas brasileiras por meio de seus representantes nas esferas políticas e institucionais. No Congresso Nacional, está presente com a Bancada Ruralista, que vem crescendo a cada legislatura, elaborando e apresentando projetos de criação de Políticas Públicas que visam o favorecimento da produção e comercialização dos produtos do agronegócio, bem como trabalha intensamente para o enfraquecimento dos movimentos sociais do campo, desmonte da Reforma Agrária e flexibilização das leis que garantem direitos para os trabalhadores rurais (ALENTEJANO, 2020).

Segundo Carneiro (2012),

Para que esse modelo econômico e tecnológico fosse adotado pelas grandes empresas capitalistas no campo foi necessário um conjunto articulado de medidas governamentais e legislativas que facilitassem a sua adoção, em particular o crédito rural subsidiado pelos governos (CARNEIRO, 2015. p. 26).

Entretanto, as atividades agrícolas do “agronegócio” tendem a gerar controvérsias e debates sobre a sua abrangência e implicações sociais e ambientais. Enquanto alguns argumentam que o agronegócio impulsiona o desenvolvimento econômico e a segurança alimentar, outros levantam preocupações sobre os impactos ambientais, a concentração de poder e a exploração de mão de obra (PIGNATI; SOARES; LEÃO, 2021).

Sendo assim, emerge como indispensável a análise das manifestações de disparidades sociais que permeiam o sistema agrário, a fim de depreender os mecanismos pelos quais a força laboral camponesa é despojada, ensejando, por conseguinte, a origem do antagonismo de classes (LIMA, SANTOS, 2022).

2..1 – O Vale do Pamplona: commodities e monoculturas

Os registros sobre a produção agrícola de commodities no Vale do Pamplona ainda são bastante incipientes e escassos. Não há trabalhos publicados de forma física ou virtual que tratem especificamente da dinâmica produtiva do agronegócio nessa região. Algumas informações são repassadas de forma separadamente pelos municípios de Luziânia e Cristalina, pelo estado de Goiás ou por órgãos do governo federal que possuem relação com os setores produtivos do campo.

Commodities são produtos básicos ou matérias-primas que são comercializados em grandes quantidades e geralmente são produzidos em diferentes regiões do mundo. A negociação de commodities ocorre em mercados especializados, como bolsas de valores de commodities, onde são estabelecidos preços com base na oferta e demanda global. Esses preços podem ser influenciados por fatores como condições climáticas, políticas governamentais, instabilidade geopolítica e flutuações cambiais. Segundo Alentejano (2020) “os ideólogos do agronegócio usam a expressão “produção de commodities” para designar a produção em larga escala e de forma especializada de cana, milho, soja, outrora denominada simplesmente monocultura” (p. 267).

O comércio internacional de produtos agrícolas é um dos braços da economia global. Os produtos agrícolas incluem uma ampla variedade de bens, como grãos, frutas, legumes, carnes, laticínios e outros alimentos de origem vegetal ou animal. O comércio desses produtos ocorre entre diferentes países e regiões, impulsionado pela demanda global por alimentos e pelas vantagens comparativas dos países na produção de determinados produtos agrícolas, sendo que aqueles de origem primária são considerados commodities (PORTILHO; FERREIRA, 2019).

A demanda global por alimentos se configura como a mola propulsora do agronegócio para alcançar destaques na economia brasileira, fortalecendo o poder do latifúndio e impedindo a implementação da reforma agrária. Esse processo coloca os movimentos sociais e os povos do campo em uma posição defensiva. Infelizmente, essa dinâmica tem contribuído para um aumento na expropriação de terras e na violência contra camponeses, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, que a expansão da produção agropecuária está cada vez mais concentrada nas grandes propriedades, que se articulam com o grande capital transnacional. Além disso, o Estado brasileiro tem desempenhado um papel político e econômico de sustentação para o agronegócio, enquanto a mídia empresarial desempenha um papel ideológico ao endossar e promover essa narrativa, tal qual destacado por Carneiro (2012).

Para que esse modelo econômico e tecnológico fosse adotado pelas grandes empresas capitalistas no campo foi necessário um conjunto articulado de medidas governamentais e legislativas que facilitassem a sua adoção, em particular o crédito rural subsidiado pelos governos (CARNEIRO, 2015. p. 26).

Essa estrutura consolidada de poder do agronegócio tem impactos socioeconômicos e ambientais significativos. A concentração de terras e recursos nas mãos de poucos restringe o acesso e a distribuição justa de recursos para comunidades rurais e tradicionais. Além disso, a intensificação da produção agropecuária em larga escala muitas vezes é acompanhada de práticas que causam danos ao meio ambiente, como o desmatamento e a contaminação do solo e da água (CARNEIRO, 2012; PIGNATI; SOARES; LEÃO, 2021).

Diante das circunstâncias mencionadas, há uma reconfiguração da luta pela terra. Por um lado, ocorre a resistência por parte dos camponeses, indígenas e quilombolas contra a apropriação das terras que ocupam pelas forças do latifúndio/agronegócio. Por outro lado, os movimentos sociais do campo lutam contra um modelo agrário que concentra riqueza, causa devastação ambiental (através do desmatamento e contaminação de águas, solos, alimentos e trabalhadores por agrotóxicos) e se sustenta por meio da violência e exploração do trabalho (ALENTEJANO, 2020).

Nesse sentido, Escher e Schneider (2019) discutem sobre o comércio internacional de produtos agrícolas e mostram quem são os principais parceiros do Brasil nessas relações comerciais e quais os principais produtos comercializados.

O Brasil é o primeiro no ranking de exportação (ainda que não necessariamente de produção) de um conjunto de commodities como soja, café, açúcar, suco de laranja, carne de bovina e de frango, além de estar entre os maiores em milho, algodão, carne suína e derivados de soja. A China é o maior mercado importador de produtos agrícolas do Brasil com 23% do total, seguido pela União Europeia com 20% e os Estados Unidos com 5%. São apontados quatro fatores que explicam a taxa de crescimento de 15% das exportações do agronegócio entre 1999 e 2013: o crescimento das exportações mundiais (46,15%), a competitividade (30,45%), o destino das exportações (16,35%) e a composição da pauta (6, 95%) (ESCHER; SCHNEIDER, 2019, p. 80).

A leitura dos dados relacionados à exportação de produtos agropecuários demonstra que a demanda internacional pelas commodities agropecuárias brasileiras é pujante. Os autores destacam que as negociações com a China cresceram. O país importa grandes quantidades de soja brasileira para alimentar seu rebanho de suínos e aves, além de importar outros produtos agrícolas brasileiros, o que indica o resultado da globalização dos sistemas agroalimentares (ESCHER; SCHNEIDER, 2019).

Para dar conta da demanda internacional pelos produtos agropecuários, o agronegócio brasileiro segue na expansão de suas fronteiras agrícolas por todas as regiões e biomas. O Cerrado tem sido alvo dessas incursões por ser considerado por ser considerado de território de amplas extensões de terras e estratégico para a logística de produção e escoamento de sua produção de commodities, como a soja, por exemplo, como destacam Aguiar e Porto (2019), a partir de dados coletados junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB):

O Brasil, em especial o Cerrado, se constituiu na principal fronteira agrícola desta expansão de produção da soja no mundo. Em 20 anos, a produção brasileira saltou de 26 milhões de toneladas na safra 1996/1997, para 114 milhões, na safra 2016/2017, um aumento de cerca de 436%. Considerando o período de 40 anos entre a safra de 1976/1997, a produção de 12 toneladas, e a safra de 2016/2017, a produção cresceu 939% (AGUIAR; PORTO, 2019, p. 116).

Pode-se afirmar que a produção agrícola no Vale do Pamplona tem contribuído consideravelmente para o crescimento da produção de commodities do tipo exportação, destacando-se com os recordes de produção de grãos previstos para os próximos anos. Elas também são utilizadas como instrumentos de investimento, permitindo que investidores comprem contratos futuros desses produtos visando lucrar com as variações de preço.

Os municípios de Luziânia e Cristalina possuem características produtivas semelhantes e se destacam, principalmente, na produção soja, que é um dos produtos mais cultivados e comercializados nas grandes áreas das fazendas e de grandes empreendimentos agroindustriais nos municípios. A comercialização da soja e de outras commodities é gerada pelas exportações, tendo como principal destino a China, principalmente por meio de empresas multinacionais que atuam nos municípios e no Distrito Federal. Devido à proximidade com o centro da capital federal, a extensão de terras produtivas e facilidades de escoamento da produção para todas as regiões brasileiras, o agronegócio encontra terreno fértil para se expandir no Vale do Pamplona (CRUVINEL; MARINHO; SATEL, 2021; DISTRITO FEDERAL, 2020a, 2020b).

Segundo a Lei [Complementar nº 163, de 14 de junho de 2018](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lcp%20163-2018?OpenDocument), esses municípios fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE (BRASIL, 2018, DISTRITO FEDERAL, 2020a; 2020b) (Mapa 1). Essa Lei elenca os municípios que estão conglomerados no entorno do Distrito Federal e descreve as diretrizes para o desenvolvimento econômico e social na região

O processo migratório de trabalhadores

Desde os tempos remotos, o trabalho tem se entrelaçado com as atividades humanas, permeando os anais da história. As famílias, outrora, congregavam-se em torno da produção de seus próprios alimentos, com o intuito de garantir sua própria subsistência. O conhecimento sobre as artes do plantio e colheita era transmitido de uma geração a outra, prescindindo de uma formação escolar formal. Entretanto, o advento do sistema capitalista desvirtuou a natureza educativa familiar e comunitária, cooptando-a para o propósito de forjar mão-de-obra adequada ao mercado laboral. Nesse contexto, a educação, antes uma ferramenta emancipatória, passou a se tornar um instrumento subserviente à própria exploração dos indivíduos pelo labor (CATINI, 2016).

Durante muitos períodos da história, os trabalhadores rurais foram submetidos à escravidão ou servidão, onde eram forçados a trabalhar nas terras de senhores feudais ou proprietários de terras em condições de opressão. Eles eram frequentemente considerados propriedade e sofriam exploração, pobreza e abusos. Com o advento da Revolução Industrial, começando no século XVIII, ocorreram mudanças significativas na agricultura e na vida dos trabalhadores rurais. Com a mecanização da agricultura, a introdução de máquinas e a concentração de terras em grandes propriedades, muitos trabalhadores rurais perderam suas terras e foram forçados a migrar para as cidades em busca de emprego nas indústrias em rápida expansão. Essa transição resultou em mudanças sociais e econômicas profundas nas comunidades rurais (CASTRO, 2012).

O movimento ruralista que se intensificou nas décadas 1950 e 1960 seguiu avançando para a exploração do latifúndio brasileiro, envolto a conflitos e contradições internas, especialmente em relação a questões como a expansão do agronegócio, a utilização de transgênicos e a defesa de interesses específicos de grandes produtores rurais em detrimento dos pequenos agricultores e comunidades tradicionais (MENDONÇA, 2005).

Todavia, não se deteve apenas com os meios ambientais ou questões produtivas, passou também a arregimentar mão-de-obra barata e sem formação para dar sustentação ao seu projeto de ascensão. Santos (2007) chama essa dinâmica de facismo social, caracterizado pelo por se basear em uma dinâmica sócio-econômica perversa e opressiva, no qual determinados grupos ou indivíduos se apropriam dos recursos e meios de produção, explorando aqueles que estão submetidos a condições de trabalho precárias e desfavoráveis.

Essa forma de exploração é frequentemente caracterizada por relações assimétricas de poder, em que os trabalhadores rurais são subjugados e submetidos a condições desumanas, tal como afirma Santos (2007): Tenho descrito esta situação como a ascensão do facismo social, um social de relações de poder extremamente desiguais que concebem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca" (p. 45).

Nesse contexto, as populações do campo que eram expropriadas de suas terras, passaram a vender a sua força de trabalho para os grandes fazendeiros. Por muito tempo essa prática se configurou como a transformação da educação escolar em mercadoria, onde os sujeitos que procuravam se apresentar “educados” para trabalhar tinham a liberdade de vender a sua força de trabalho para os detentores dos meios de produção (CATINI, 2016).

A condição (individual) de sem (a) terra, ou seja, a de trabalhador ou trabalhadora do campo do campo que não possui a terra sua terra de trabalho, é tão antiga quanto a existência da apropriação privada deste bem natural (CALDART, 2004, p. 19)

Os trabalhadores têm desempenhado um papel vital na agricultura e na produção de alimentos, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social de muitas sociedades ao longo do tempo. No Brasil, por conseguinte, esse deslocamento revelou uma dimensão crítica em relação ao desenvolvimento capitalista, conforme preconiza Santos (2007): “Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante…” (p. 25).

A urbanização crescente no século XX resultou em uma migração em massa de trabalhadores rurais para as cidades em muitos países. A modernização da agricultura e a mecanização reduziram a demanda por trabalho agrícola, levando muitos trabalhadores rurais a buscar emprego em setores urbanos, como a indústria e os serviços. Isso resultou em uma transformação significativa nas comunidades rurais e na dinâmica do trabalho agrícola.

Ao longo do século XIX e XX, movimentos de reforma agrária e sindicalismo rural ganharam força em várias partes do mundo. Lutas por melhores condições de trabalho, salários justos, direitos de propriedade e acesso à terra ocorreram em muitos países. Organizações sindicais e cooperativas rurais foram estabelecidas para defender os interesses dos trabalhadores rurais e promover a justiça social no campo (MENDONÇA, 2005).

Hoje em dia, os trabalhadores rurais continuam a enfrentar desafios, como a exploração, a falta de acesso à terra, a baixa remuneração, a falta de proteção social e a degradação ambiental. No entanto, também existem muitos movimentos e organizações que lutam pelos direitos dos trabalhadores rurais (ALENTEJANO, 2020).

Os principais objetivos do movimento de trabalhadores rurais incluem a defesa dos direitos dos agricultores, a promoção da agricultura familiar e sustentável, a luta pela reforma agrária, cuja situação de expropriados já vem de décadas, conforme enfatiza Caldart (2004): “A condição (individual) de sem (a) terra, ou seja, a de trabalhador ou trabalhadora do campo do campo que não possui a terra sua terra de trabalho, é tão antiga quanto a existência da apropriação privada deste bem natural (p. 19).

Os trabalhadores aspiram por políticas públicas que incentivem o desenvolvimento do meio rural. O movimento de trabalhadores procura rever a condição de vulnerabilidade, além de ser um importante ator político em debates sobre questões ambientais, como o uso de agrotóxicos e a conservação dos recursos naturais (CALDART, 2004).

Os trabalhadores têm desempenhado um papel vital na agricultura e na produção de alimentos, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social de muitas sociedades ao longo do tempo, porém são desvalorizados e desqualificados em suas condições de trabalho e bem estar social para a sua sobrevivência. No Brasil, por conseguinte, esse deslocamento revelou uma dimensão crítica em relação ao desenvolvimento capitalista, conforme preconiza Santos (2007): “Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante…” (p. 25).

Os trabalhadores rurais também passam pela mobilidade rural-urbana. A urbanização crescente no século XX resultou em uma migração em massa de trabalhadores rurais para as cidades em muitos países. A modernização da agricultura e a mecanização reduziram a demanda por trabalho agrícola, levando muitos trabalhadores rurais a buscar emprego em setores urbanos, como a indústria e os serviços. Isso resultou em uma transformação significativa nas comunidades rurais e na dinâmica do trabalho agrícola e dos trabalhadores, conforme reverbera Caldart (2004): “A condição (individual) de sem (a) terra, ou seja, a de trabalhador ou trabalhadora do campo do campo que não possui a terra sua terra de trabalho, é tão antiga quanto a existência da apropriação privada deste bem natural (CALDART, 2004, p. 19).

Hoje em dia, os trabalhadores rurais continuam a enfrentar desafios, como a exploração, a falta de acesso à terra, a baixa remuneração, a falta de proteção social e a degradação ambiental. No entanto, também existem muitos movimentos e organizações que lutam pelos direitos dos trabalhadores rurais.

A formação educacional dos jovens no Vale do Pamplona

A formação dos jovens na educação rural é um aspecto considerado importante para a hegemonia do agronegócio brasileiro. A educação rural visa fornecer aos jovens as habilidades e conhecimentos necessários para prosperar esse projeto capitalista. Existem várias abordagens e estratégias utilizadas na formação dos jovens na educação rural.

A Educação Rural visa a formação dos jovens nas práticas agrícolas, técnicas de cultivo, manejo de recursos e equipamentos para o manejo integrado de pragas. Além disso, os jovens podem aprender sobre novas tecnologias agrícolas e inovações que podem ajudar a melhorar a produtividade e a rentabilidade do agronegócio.

Para o capitalismo agrário, a formação dos jovens na educação rural deve estar enraizada na realidade e nas necessidades da comunidade local, estabelecendo uma conexão forte entre a escola e a comunidade, promovendo a participação dos jovens em atividades práticas, projetos comunitários e intercâmbios de conhecimento com agricultores experientes. Isso permite que os jovens entendam as necessidades da comunidade e contribuam para o desenvolvimento sustentável da região.

Aqueles que propunham uma pedagogia diferenciada para as populações rurais, identificados com o “ruralismo pedagógico”, defendiam a existência de uma escola que preparasse os filhos dos agricultores para se manterem na terra e que, por isso mesmo, estivesse associada ao trabalho agrícola e adaptada às demandas das populações rurais. Porém, essa concepção, como outras carregadas de “boas intenções”, permaneceu apenas no discurso (RIBEIRO, 2012, p. 295).

A Educação Básica do Campo tem sido alvo de inúmeros debates e reflexões teóricas no Brasil e no mundo. Essas discussões estão relacionadas à visão mecanicista e reducionista presente no mundo moderno que tem dado origem a diversas formas de crise, seja nas questões éticas, sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais.

De acordo com Antunes (2011), desde a Revolução Industrial no final do século XVIII e durante o século XIX, os camponeses que tinham mais terras conseguiram uma independência financeira e se tornaram patrões com a mecanização da produção agrícola. Por outro lado, aqueles que não tinham tantas extensões de terra, tiveram que vender o pouco que tinham e passaram a vender a sua mão-de-obra como trabalhadores.

Ainda conforme o autor, esse processo trouxe grande impacto para a força de trabalho de forma geral, pois quem mais sofre com toda essa transformação no mundo do trabalho foram as mulheres e jovens, que tiveram que sair de suas casas e optar pelo êxodo rural, buscando trabalhos nos centros urbanos e tendo que disputar os postos de trabalhos com os homens, os quais antes eram somente ocupados por eles. Como a demanda de trabalho nos centros urbanos não era grande, surgiu um grande número de pessoas que não tinham onde trabalhar, morar e sobreviver.

Os principais objetivos do movimento de Educação do Campo incluem a defesa dos direitos dos agricultores, a promoção da agricultura familiar e sustentável, a luta pela reforma agrária e a busca por políticas públicas que incentivem o desenvolvimento do meio rural. O movimento Por Uma Educação do Campo também tem sido um importante ator político em debates sobre questões ambientais, como o uso de agrotóxicos e a conservação dos recursos naturais (CALDART, 2012).

A educação ambiental no campo desempenha um papel crucial na formação dos jovens na educação rural. Os jovens precisam compreender a importância da conservação do meio ambiente, da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais. Através da educação ambiental, os jovens podem aprender sobre práticas de conservação, reciclagem, energia renovável e mitigação das mudanças climáticas. Esses conhecimentos são essenciais para promover a sustentabilidade nas áreas rurais.

A Educação do Campo propõe que o acesso à tecnologia e recursos educacionais possam desempenhar um papel com a finalidade de garantir o acesso dos jovens a recursos educacionais digitais, como acesso à Internet, computadores e dispositivos móveis, pode ajudar a melhorar sua aprendizagem e ampliar suas oportunidades de conhecimento. Além disso, programas de capacitação em tecnologia podem preparar os jovens para utilizar as ferramentas digitais de maneira eficaz em suas atividades agrícolas e empreendimentos rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa abordou a questão da migração dos trabalhadores rurais e a formação dos jovens na educação rural para a manutenção da hegemonia do agronegócio no Brasil. A educação rural visa formar aos jovens habilidades e conhecimentos necessários para impulsionar o projeto capitalista agrícola. Diversas abordagens e estratégias são utilizadas nesse processo.

A formação dos jovens na educação rural se limite a abranger o ensino de práticas agrícolas, técnicas de cultivo, manejo de recursos e equipamentos para o controle integrado de pragas. Além disso, os jovens têm a oportunidade de aprender sobre novas tecnologias agrícolas e inovações que podem melhorar a produtividade e a rentabilidade do agronegócio.

Para o capitalismo agrário, a formação dos jovens na educação rural deve ser enraizada na realidade e nas necessidades da comunidade local. Isso implica em estabelecer uma conexão forte entre a escola e a comunidade, envolvendo os jovens em atividades práticas, projetos comunitários e intercâmbios de conhecimento com agricultores experientes. Essa abordagem permite que os jovens compreendam as necessidades da comunidade e contribuam para o desenvolvimento sustentável da região.

Embora existam propostas de uma pedagogia diferenciada para as populações rurais, conhecida como "ruralismo pedagógico", que defendem uma escola adaptada às demandas das populações rurais, essa concepção muitas vezes não é efetivamente colocada em prática. Por isso, propõe-se a Educação do Campo, que tem sido objeto de debates e reflexões teóricas no Brasil e no mundo, contrapondo-se à visão mecanicista e reducionista presente na sociedade contemporânea, que contribui para diversas crises nas esferas éticas, sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais.

O movimento de Educação do Campo tem como principais objetivos a defesa dos direitos dos agricultores, a promoção da agricultura familiar e sustentável, a luta pela reforma agrária e a busca por políticas públicas que incentivem o desenvolvimento rural. Esse movimento também desempenha um papel importante nos debates sobre questões ambientais, como o uso de agrotóxicos e a conservação dos recursos naturais.

A Educação do Campo, portanto, desempenha um papel crucial na formação dos jovens, propondo-lhes práticas emancipadoras e tratando sobre a importância da conservação do meio ambiente, da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS:

ALENTEJANO, Paulo. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

ANTUNES, Davi José Nardy. **Capitalismo e desigualdade**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas – SP: [s.n.], 2011.

BRASIL**. Lei complementar nº 163, de 14 de junho de 2018**. Dá nova redação ao § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_\_\_. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete; et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular. 2012.

CARNEIRO, Fernando. F. er al. (orgs.). **Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**.1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude do campo. In: CALDART, Roseli Salete; et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular. 2012.

CRUVINEL, Evelyn de Castro; MARINHO, Fernanda V. da Mota.; SATEL, Clecia Ivânia R. **Índice de desenvolvimento dos municípios goianos – 2020/2021**. Goiânia: Instituto Mauro Borges: 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa metropolitana por amostra de domicílios - PMAD - 2017/2018** - Cristalina. Brasília: Codeplan, 2020. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/PMAD\_2017-2018-Cristalina.pdf. Acesso em 12 mar. 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Pesquisa metropolitana por amostra de domicílios - PMAD - 2017/2018 -** Luziânia. Brasília: Codeplan, 2020. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/PMAD\_2018-Luziania.pdf. Acesso em 12 mar. 2023.

ESCHER, Fabiano; SCHNEIDER, Sérgio. Capitalismo, agricultura e desenvolvimento no Brasil: uma contribuição para o debate atual. In: SAUER, Sérgio (Org.). **Desenvolvimento e transformações agrárias: BRICS, competição no sul global.** São Paulo: Outras Expressões, 2019.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931).** São Paulo: HUCITEC, 1997.

NEVES, Maelison Silva; PIGNATI, Wanderley Antonio. Agronegócio e capital-imperialismo: Expropriações, alienação e os desafios à produção de conhecimento em saúde coletiva. In: NÓVOA, Carlos Alberto Torres. **Consciência e história: a práxis educativa de Paulo Freire: antologia de textos selecionados, 1921/ Seleção, estudo preliminar e notas. T**radução Mônica Mattar Oliva. São Paulo: Ed. Loyola, 1979.

NEVES, Maelison Silva; PIGNATI, Wanderley Antonio. Agronegócio e capital-imperialismo: Expropriações, alienação e os desafios à produção de conhecimento em saúde coletiva. In: NÓVOA, Carlos Alberto Torres. **Consciência e história: a práxis educativa de Paulo Freire: antologia de textos selecionados, 1921/ Seleção, estudo preliminar e notas.** Tradução Mônica Mattar Oliva. São Paulo: Ed. Loyola, 1979.

PORTILHO, Fátima; FERREIRA, Isis Leite. Redes agroalimentares alternativas no Brasil. In: LEITE, S. P.; BRUNO, R. (org.). **O Rural Brasileiro na Perspectiva do Século XXI.** Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019.

RAMOS, 1996

RIBEIRO, Marilene. Educação rural. In: CALDART, Roseli Salete; et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular. 2012.

1. Universidade de Brasília, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, marcostimor10@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Universidade de Brasília, PPG Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, joerg.nowak@gmx.de [↑](#footnote-ref-2)